

Temas polêmicos da Ordem Social são passíveis de acordo

BRASILIA — As discussões sobre o Capítulo da Educação e Cultura entre o Centrão e o grupo "progressista" da Constituinte são as que estão em estágio mais avançado dentro do Título da Ordem Social, que começará a ser votado na próxima semana. Os pontos mais polêmicos — a gratuidade do ensino público superior e a política de bolsas de estudo para a iniciativa privada — são passíveis de acordo, segundo o coordenador dos entendimentos entre os dois grupos, Deputado Artur da Távola (PMDB-RJ).

— Não só no que se refere à Educação e Cultura, mas também à Ciência e Tecnologia e Comunicação, é possível fazermos um grande acordo, que resulte num emendação — prevê Távola, com otimismo.

Na parte relativa à Ciência e Tecnologia, foi eliminado um dos pontos mais polêmicos, na votação do Título sobre a Ordem Econômica, porque ao se conceituar a empresa nacional definiu-se também que as empresas de tecnologia de ponta detentoras do controle do capital e da tecnologia serão consideradas nacionais. Como temas polêmicos permanecem a instituição do mercado interno como patrimônio público e a autonomia ou não da pesquisa governamental, questão que divide a comunidade acadêmica.

No Capítulo referente à Comunicação, dois pontos dividem Centrão e corrente "progressista". Primeiro, questiona-se a competência da Constituinte para delimitar a composição do Conselho de Comunicação e se discute os limites da ação desse Con-

selho. A segunda questão polêmica é quanto ao quorum com o qual a Câmara dos Deputados poderá ou não renovar as concessões para rádio e televisão.

Há duas tendências apontando para um acordo: uma no sentido de estabelecer a decisão sobre a renovação das concessões de rádio e TV por maioria em votação nominal do Congresso e a outra com vistas ao estabelecimento de quorum apenas para examinar o cumprimento da legislação pelas empresas concessionárias.

● **REGIMENTO** — O Centrão e os aliados do Governo na Constituinte começam a discutir a possibilidade de alteração do Regimento Interno para permitir a apresentação de emendas modificativas e aditivas, e não apenas supressivas, no segundo turno. A proposta — um projeto de resolução do centrista José Lins (PFL-CE) — está dividindo até mesmo as lideranças do Governo: o Líder no Senado, Saldanha Derzi, acha que ela é importante para tentar corrigir dispositivos do projeto que desagradam ao Governo, mas o Líder na Câmara, Carlos Sant'Anna, é contra.

Derzi acentua que o Governo apóia tudo o que for feito para melhorar a nova Constituição e que a modificação regimental não atrasaria mais que dez dias os trabalhos da Constituinte. Sant'Anna, por sua vez, afirma que as regras já foram fixadas, não se podendo mais alterá-las.

— A redação do Regimento, que prevê emendas supressivas ou para sanar omissões de linguagem, já é suficiente para promover muitas modificações.

A proposta de José Lins encontra resistências no Centrão, mas o parlamentar afirma que a apresentará mesmo sem apoio do grupo. Acrescentou que a intenção é permitir que cada partido apresente até cinco emendas no segundo turno. A cada aprovação, seguiria-se nova votação 24 horas depois, numa espécie de segundo turno dentro do segundo turno.

Prisco: Economia de guerra virá após votação do mandato

BRASILIA — Assim que o mandato de cinco anos for confirmado pela Constituinte, o Presidente José Sarney dará autorização ao Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, para implantar as medidas econômicas de austeridade, impostas pelas negociações externas e definidas no âmbito do Governo como "economia de guerra". De acordo com as previsões do Planalto, isso ocorrerá, no máximo, na primeira semana de junho.

Sarney, segundo um Ministro, não está mais angustiado com a decisão da Constituinte sobre o seu mandato. Pelos cálculos do Governo, os cinco anos terão 320 votos, no mínimo, e 340, no máximo. Por isso, já articula uma maioria parlamentar para apoiar o programa econômico que, adverte a fonte, é amargo.

— A meta é reduzir o déficit público, baixar a inflação e retomar os investimentos — disse o Ministro.

A obstinação do Presidente, uma vez definido o mandato, é recuperar a economia através de um programa que lhe permita entregar o Governo a seu sucessor com um índice inflacionário bem inferior aos registrados até agora. Segundo o informante, Sarney acha que, bem ou mal, cumpriu sua missão relativa à transição democrática, restando-lhe agora tomar medidas para evitar que o quadro econômico "manche a sua trajetória como Chefe de Governo".

Sarney sente-se ferido pela atuação da CPI da Corrupção e acredita ser vítima de políticos insensíveis à fragilidade do processo de transição democrática. Mas não pretende alimentar ressentimentos e está determinado a entregar a Mailson a responsabilidade de implantar o pro-



Prisco: Medidas só após a votação

grama de austeridade "contra tudo e contra todos".

Por isso, não dará ouvidos às sugestões de diversos setores do Governo no sentido de mobilizar uma maioria capaz de reverter, no segundo turno da Constituinte, os resultados considerados adversos ao Governo. Sarney entende que os próprios grupos de pressão derrotados no primeiro turno se encarregarão de alterar o texto constitucional em elaboração, de modo a devolver algum equilíbrio aos segmentos político e econômico do País. Essa convicção leva o Presidente a acreditar que o segundo turno da Constituinte não só desautoriza a previsão de mera etapa de revisão, como indica que será tão agitado ou mais que o primeiro.

— A reforma tributária e aquela insanidade do tabelamento dos juros bancários são temas que no segundo turno merecerão ampla pressão dos setores atingidos, para uma reversão — disse o Ministro.

A repetição de discussões passionais no segundo turno leva o Governo a crer que a promulgação da nova Carta, mais uma vez, desobedecerá as previsões do Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães. Mas não vê efeitos nocivos a Sarney, na medida em que ele terá seu mandato definido e liberdade para agir no plano econômico. E com este raciocínio que se espera também o fim das divergências entre os Ministros Mailson da Nóbrega e Prisco Viana; o primeiro decidido a implantar logo seu programa e o segundo, preocupado em garantir o mandato presidencial, sendo extremamente generoso em relação à liberação de recursos para Governadores.

— O Ministro da Fazenda sabe que o dia 30 (quando o Governo espera que a Constituinte já tenha votado o mandato) é o **dead line** (prazo final) para ficar livre das amarras políticas — revelou o informante.

O Governo acha que, se essa previsão se confirmar, a realização de eleições municipais em novembro estará ameaçada, mas se considera neutro na questão, que afeta mais a vida partidária do que as perspectivas de Sarney.

— Isso é indiferente para nós, uma vez que, consumado o mandato, poderemos agir para que o Presidente complete a transição com um resultado econômico, pelo menos, razoável — concluiu o Ministro.

Iensen a Sarney: 5 anos terão 350 votos

BRASILIA — O Presidente José Sarney recebeu ontem, no Palácio do Planalto, durante uma hora e meia, 12 parlamentares. O Deputado evangélico Matheus Iensen (PMDB-PR), depois de apresentar Sarney com um broche antitabagista e o disco "Matheus Iensen — 25 anos Louvando a Deus", garantiu que sua emenda, a favor do mandato de cinco anos, será aprovada por 350 votos. A previsão foi bem recebida, pois há sete dias Sarney soube que uma pesquisa feita pelo Secretário Geral do PMDB, Milton Reis, apontava a vitória com apenas 282 votos.

O Deputado José Lins (PFL-CE), que também acredita que o Presidente terá uma "vitória incontestável", saiu satisfeito do Planalto: Sarney prometeu retomar os investimentos para a construção da hidrelétrica de Xingó. Os parlamentares cearenses — além de Lins estiveram no Palácio os Deputados Orlando Bezerra, Furtado Leite, Luiz Marques e Etevaldo Nogueira — reafirmaram o seu apoio mandato de cinco anos. Sarney, por sua vez, disse-lhes que a hidrelétrica de Xingó não sofrerá com os cortes previstos no Oçamento da União.

Também cincoanistas, os Deputados Mozarildo Cavalcanti e Chagas Duarte, do PFL de Roraima, estiveram no Planalto. Mozarildo e Abreu indicaram seus próprios nomes para ocupar os cargos de Governador e Vice do Território, sob intervenção desde outubro.